



SENADO APROVA PEC CONTRA AS DROGAS



AGENDA DO PLANALTO

Governo tem dificuldades de em-
placar agenda política, acumu-
lando derrotas e desgastando
imagem da gestão;



JUSTIÇA EM PAUTA

Possível expansão do foro pri-
vilegiado destaca embate entre
Poderes e desconfianças sobre o
Judiciário;



VISÃO DO ESPECIALISTA

Nesta semana, o coordenador do
NEP, professor Fábio Vidal, fala
sobre os cortes no orçamento da
segurança pública.

TEMPERATURA DO CONGRESSO

O clima no Congresso durante esta última semana foi de agitação, as disputas no Poder Legislativo nos últimos dias expuseram as fragilidades da base governista. A PEC 45/2023, aprovada na última terça-feira (16), é um projeto de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), que havia sido protocolado no ano passado com o objetivo de dificultar a liberação das drogas, tipificando na Constituição Federal a criminalidade do uso, da posse e do porte de drogas.

O projeto, apesar de dividir opiniões na sociedade, teve uma tramitação relativamente tranquila no Senado. A única comissão que analisou o projeto, a CCJ, apreciou e aprovou a proposta de forma célere. Davi Alcolumbre, presidente da CCJ, presidiu apenas quatro sessões do colegiado neste ano, e, apesar dos poucos projetos analisados, a PEC 45/2023 teve prioridade nos despachos.

A agilidade na discussão demonstrou que o presidente do Senado tem relativa facilidade de movimentar o processo legislativo para promover agendas políticas, isso porque Pacheco e Alcolumbre têm uma relação harmoniosa.

Já o Governo petista foi contrário à proposta, mas amargou a aprovação do projeto com relativa folga. A possível explicação para a derrota do Governo diz respeito à dificuldade do Planalto de mobilizar sua base contra um projeto que tem comprovada aceitação popular. Como exemplo, no dia 23 de setembro de 2023, o instituto de pesquisa Datafolha divulgou que 72% dos brasileiros se opõem à legalização do consumo recreativo de maconha no país.

Assim, com a proximidade das eleições municipais deste ano e o fato de o Governo não ser capaz de articular com sua base sem o apoio popular, a capacidade de pautar a agenda governista fica, de certa forma, limitada.

Além disso, na Câmara, após embate entre o ministro Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do governo, e o presidente Arthur Lira, dois projetos que prejudicam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também foram pautados a contragosto do governo. O conflito escalou para exoneração do aliado de Lira no Inbra, que retaliou com a possibilidade de instalar cinco Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), as quais têm potencial para tumultuar o processo legislativo na Câmara, além de desgastar ainda mais o Governo Federal.



Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

AGENDA DO PLANALTO

Na última semana, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) esteve no meio do “fogo cruzado” entre o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) e a Presidência da República. Como consequência do embate político entre os atores, foi aprovado o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 893 de 2023, do deputado Zucco (PL/RS), que estabelece sanções administrativas e restrições aos ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas. Tal aprovação possibilita que a proposta seja discutida em sessão única do Plenário da Câmara

dos Deputados, o que reduzirá significativamente as alternativas legais para impedir o avanço do projeto.

O PL 893/2023 tem um impacto significativo no combate às ocupações realizadas pelo MST e pode resultar no enfraquecimento de um importante aliado do Planalto. Apesar das tentativas de emplacar a agenda governista, a dinâmica de relacionamento do Planalto com os presidentes das casas legislativas, bem como a mobilização da oposição em torno de pautas sensíveis, vem prejudicando e desgastando a articulação do Governo.



Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

JUSTIÇA EM PAUTA

Parlamentares, que antes preferiam ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), agora se opõem à expansão do foro privilegiado para políticos, apesar de a maioria do STF apoiar a medida. Essa proposta implica que processos envolvendo políticos por ações durante seus mandatos iniciem em instâncias superiores, mesmo após deixarem o poder. Antes celebrada, a mudança agora é vista com suspeitas devido à crescente desconfiança em relação ao STF. Alguns questionam sua eficácia, enquanto outros defendem o foro privilegiado, argumentando

que sua extinção poderia sobrecarregar instâncias inferiores e influenciar decisões por interesses locais e políticos.

Há alguns anos, o STF decidiu de forma contrária à expansão do foro privilegiado, por isso, a mudança na postura do Poder Judiciário prejudica a confiança e credibilidade da justiça brasileira, conforme afirma o professor e jurista Ives Gandra. Ives entende que, cada vez que o STF altera a sua orientação, gera instabilidade justamente por se tratar da última instância do Judiciário.



Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



FRB PARTICIPA DO FÓRUM PAN-AMERICANO DA LIBERDADE, EM WASHINGTON, D.C. EUA

Nesta semana, de 18 a 20 de abril, a Fundação Republicana Brasileira (FRB) participou do Fórum Pan-Americano da Liberdade, em Washington, D.C. (EUA). A instituição foi representada pelo presidente Rusembergue Barbosa.

O evento tem como objetivo promover o liberalismo em diversas áreas, principalmente econômica e política, e defender a preservação do Estado democrático de direito.

A comitiva foi recebida pelo presidente do Partido Republicano do Distrito de Colúmbia, José Cunningham, e pelo presidente dos Jovens Republicanos dos EUA, Rick Loughery.

Assim, a FRB reafirma seu compromisso de buscar constantemente atualização para oferecer o melhor conteúdo à comunidade.



PARA SABER MAIS SOBRE ESTE EVENTO, ACESSE NOSSO PORTAL E NOSSAS REDES SOCIAIS.

Instagram: @frbnacional

Site: fundacaorepublicana.org.br



CALENDÁRIO ELEITORAL:



ATENÇÃO!

9 DE MAIO - QUINTA-FEIRA

Data a partir da qual, até 5 de novembro de 2024, fica suspenso o recebimento de solicitações de operações de alistamento, transferência e revisão eleitoral em todas as unidades da Justiça Eleitoral e no serviço de autoatendimento na internet (Lei nº 9.504/1997, art. 91).

5 DE JUNHO - QUARTA-FEIRA

Data-limite para a Justiça Eleitoral disponibilizar aos partidos políticos a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição das certidões de quitação (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 9º).

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral



**VISÃO DO
ESPECIALISTA**



FÁBIO VIDAL

Fábio Vidal é graduado em Ciência Política pelo IPOL/UnB e mestre em Sociologia SOL/UnB, atua como professor e coordenador acadêmico na Faculdade Republicana, também é pesquisador e palestrante na Fundação Republicana Brasileira - FRB.

DESAFIO DE GESTÃO: QUEM PERDE MAIS?

Em tempos de crise, o governo enfrenta a árdua tarefa de decidir quem será afetado pelos cortes orçamentários. Uma das responsabilidades fundamentais do chefe do Executivo é o poder de elencar prioridades, uma atividade que se torna ainda mais desafiadora diante das pressões políticas exercidas por diversos grupos de interesse.

Recentemente, o governo reduziu em R\$ 419 milhões o orçamento do Ministério da Defesa, da Polícia Federal e da ABIN, o que gerou considerável insatisfação e debate do setor. É inegável que o tema da segurança pública tem sido um verdadeiro ponto fraco na gestão petista. Enfrentar o crescimento do crime organizado e os alarmantes índices de criminalidade que se estendem por regiões remotas e de fronteiras do país tem sido o grande desafio para o governo. A descoberta recente de possíveis ligações entre empresas de transporte público em São Paulo e facções criminosas deixou ainda mais escancarada a atuação do crime organizado.

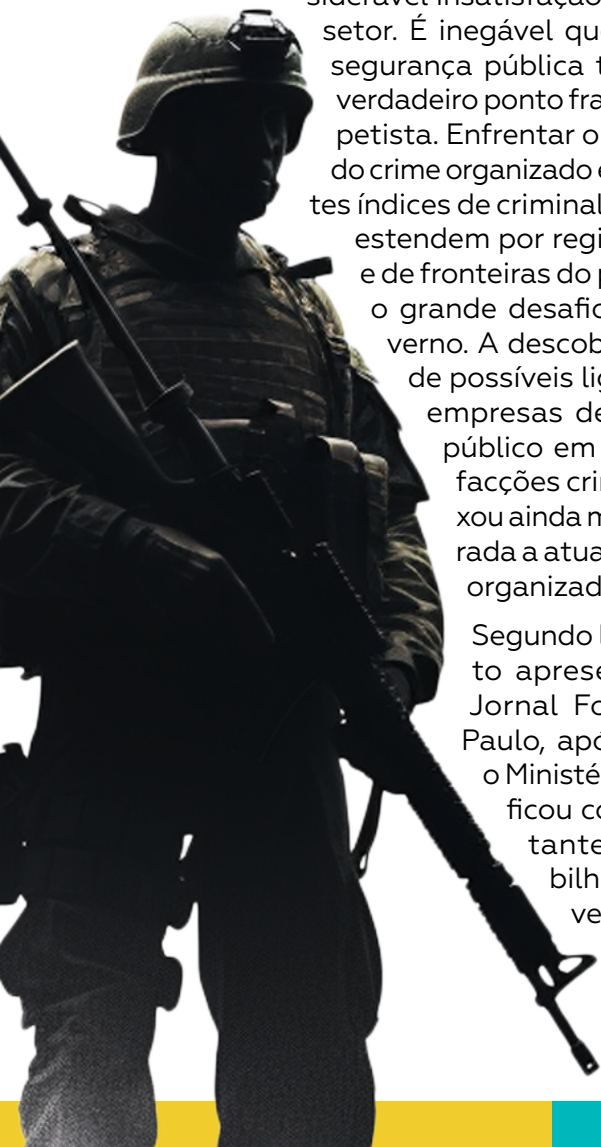
Segundo levantamento apresentado pelo Jornal Folha de São Paulo, após os cortes, o Ministério da Defesa ficou com um montante de R\$ 5,7 bilhões disponíveis em verbas discricio-

nárias. No entanto, em 2014, a pasta dispunha um aporte de 11,5 bilhões de reais, ajustados para mais de R\$ 20 bilhões, considerando a inflação do período.

Diante desse desafio de gestão, o governo revisou suas metas, adotando a chamada "meta zero" e prolongando o ciclo de endividamento. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentado pelo governo estabelece uma meta de déficit zero para 2025, sinalizando uma mudança de postura em relação ao controle de gastos. Essa decisão implica reconhecer que não será mais possível encerrar o ano com superávit, indicando que o governo admite a necessidade de ajustes no manejo dos recursos públicos.

Além disso, o governo acumula fracassos na área da segurança, como evidenciado por um relatório do Jornal Estadão, que revelou o descumprimento, pelo Ministério da Justiça e da Defesa, do prazo estabelecido em decreto presidencial para a operação Garantia da Lei e da Ordem em novembro de 2023. O decreto previa a apresentação de um plano de modernização tecnológica para melhorar a eficiência das Forças Armadas e das Polícias Federais em portos, aeroportos e áreas de fronteira em 90 dias, prazo que expirou em fevereiro. O Ministério da Justiça atribuiu o atraso à mudança na gestão, estabelecendo um novo prazo para 3 de maio.

As grandes questões que permanecem são: haverá recursos orçamentários disponíveis para essa modernização? Como melhorar a eficiência da segurança pública diante de um cenário tão restritivo de gastos em um setor tão prioritário? Esses são questionamentos que o governo terá de responder antes que novos acontecimentos demandem ações emergenciais de uma crise que ainda parece sem controle.





**SIGA A FUNDAÇÃO
REPUBLICANA BRASILEIRA
NAS REDES SOCIAIS:**

CLIQUE NOS ÍCONES ABAIXO



ACESSE:

www.fundacaorepublicana.org.br

E-MAIL:

contato@fundacaorepublicana.org.br

FUNDAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS (NEP)
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - FRB

DIAGRAMAÇÃO:
BRUNO EUSTÁQUIO - BG10 COMUNICAÇÃO

TEXTO:
FÁBIO VIDAL - NEP FRB
GABRIEL LANA - NEP FRB
DANIEL KENNEDY - NEP FRB

REVISÃO:
TÁMIRES LOPES - ASCOM FRB

APOIO:
MAZÉ RODRIGUES - ASCOM FRB
DENISE MATOS - ASCOM FRB

